

O fantasma de Pinochet

Laura Carvalho

Folha de S.Paulo, 27.9.2018

Autoritarismo serve mais às elites do que ao conjunto da sociedade

Após a polêmica envolvendo a criação de uma nova CPMF, o economista de Bolsonaro tem evitado aparições públicas, contribuindo para tornar a agenda econômica do candidato ainda mais opaca.

Há quem desconfie de seu compromisso com as ideias de Guedes, que, apesar das inconsistências levantadas por [Celso Rocha de Barros em sua coluna nesta **Folha**](#) na segunda-feira (24), defende, em linhas gerais, uma radicalização da agenda econômica de Michel Temer.

O [histórico de votos do deputado](#) não ajuda muito a sanar essas dúvidas.

Embora aquele que nomeou como seu posto Ipiranga defenda a venda de todo o patrimônio federal para pagamento da dívida pública, o deputado votou contra as privatizações da era FHC.

Já em abril de 2017, o deputado votou a favor da reforma trabalhista, tal como defendido por seu guru.

É difícil saber, portanto, se um eventual governo Bolsonaro seguiria a linha do Estado máximo na repressão e mínimo na economia que marcou a ditadura de Augusto Pinochet no Chile, ou a do nacional-desenvolvimentismo autoritário característico da ditadura militar brasileira.

O que não podemos esquecer é que os diferentes modelos econômicos dos "milagres" brasileiro e chileno têm algo em comum para além dos exemplos de corrupção revelados recentemente: o alto custo social.

No Chile, o crescimento econômico de 7,3% ao ano entre 1976 e 1982 veio acompanhado de um aumento do desemprego de 8% para 14%; de uma redução dos salários reais para 75% do patamar de 1970 e de um aumento de taxa de pobreza de cerca de 22% na década anterior para 32% em 1980.

Enquanto isso, a parcela da renda apropriada pelos 20% mais ricos subiu de 54,5% para 57,6% entre 1979 e 1981 e a desigualdade medida pelo índice de Gini subiu de 0,49 para 0,52.

O alto endividamento externo e a desregulação financeira acabaram agravando os efeitos da crise que se abateu sobre as economias latino-americanas em 1982-83.

Diante das falências generalizadas e da recessão de 13,6% em 1982 e 2,8% em 1983, o governo acabou renacionalizando diversos bancos e mais de 50 empresas que haviam sido privatizadas.

Ainda assim, o crescimento de 6,4% em média entre 1985 e 1989 manteve a renda e a riqueza muito concentradas nas mãos de poucos.

A taxa de desemprego manteve-se em 14,5%, os salários reais ficaram abaixo do nível de 1970 e a parcela da renda apropriada pelos 20% mais ricos aumentou para 60,7% (sendo 45,7% com os 10% mais ricos).

Além de ter banido movimentos de trabalhadores e eliminado leis trabalhistas, os 16 anos da era Pinochet foram marcados por uma redução drástica nos gastos sociais: as despesas com saúde e educação, por exemplo, caíram de 21,9% e 17,4%, respectivamente, para 7,3% e 5,6% do gasto público total.

A deterioração no padrão de vida de mais de 80% da população acabou ajudando a fomentar as numerosas mobilizações que puseram fim ao regime.

No Brasil, a série de dados construída por Pedro Souza, do Ipea e da UnB, mostrou que a desigualdade durante a ditadura não aumentou apenas em decorrência da maior demanda por trabalhadores qualificados na indústria durante o chamado milagre econômico de 1969-73: as isenções fiscais, o arrocho salarial e a repressão a sindicatos contribuíram para elevar a parcela da renda apropriada pelo 1% mais rico de 10% para 16% já nos primeiros anos do regime, entre 1965 e 1968.

Na dúvida, lembre-se que o autoritarismo serve mais às elites do que ao conjunto da sociedade.